

Planalto comemora reação a acusações

Assessores acham positiva a rapidez na resposta a declarações de petista sobre venda do sistema Telebrás

ISABEL BRAGA

BRASÍLIA – Antes até do julgamento das ações contra o candidato do PT, Luiz Inácio Lula da Silva, o governo já comemora. Para assessores do presidente Fernando Henrique Cardoso, a decisão de reagir de imediato à acusação feita pelo petista – de uso do dinheiro obtido com a privatização da Telebrás para fazer caixa 2 para a campanha à reeleição – já funcionou. “As pessoas passam a pensar duas vezes antes de falar”, argumentou um assessor.

Assim que soube da acusação, Fernando Henrique cobrou a apresentação de provas. Em seguida, partiu para o contra-ataque via judicial. “A idéia foi criar uma limita-

ção para esse tipo de ataque pessoal, que nada tem a ver com a disputa política.” Na sexta-feira, o presidente decidiu entrar com ação civil contra Lula por calúnia e outra, na Procuradoria-Geral Eleitoral, por crime eleitoral.

Os assessores estudam ainda uma terceira ação, na qual Fernando Henrique contrataria um advogado pessoalmente para pedir na Justiça comum, em São Paulo, indenização por danos morais.

Ontem, o PT entrou com mais uma representação contra a privatização do sistema Telebrás, desta vez no Tribunal de Contas da União (TCU) – há ações no Supremo Tribunal Federal e na Justiça Federal –, pedindo inspeção sobre a fixação do valor de venda em R\$ 13,47 bilhões e auditoria

completa sobre o processo. Na apresentação, o deputado Walter Pinheiro (PT-BA), questiona a diferença de mais de 50% entre o preço anunciado antes pelo governo (superior a R\$ 25 bilhões) e o fixado.

“Esse preço detona um processo incompatível com a investida que o mundo tem adotado no setor das telecomunicações”, criticou. “O governo disse que a privatização poria o mercado imediatamente em competição e argumentou que não tinha capacida-

de de investimento, mas sabemos que não se faz competição desse nível em 24 horas e, nesses quatro anos, o Estado investiu R\$ 27 bilhões no sistema, para depois estipular o preço de R\$ 13,47 bilhões.”

OBJETIVO DE
AÇÕES É “CRIAR
LIMITAÇÃO”
PARA ATAQUES

■ Colaborou Cláudia Carneiro